

ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG

22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ¹VOLTADA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

SILVA, Damião Felix da¹
ROVEDA, Marisa²

RESUMO

O presente estudo visa refletir sobre as políticas e gestão da educação básica destinada as pessoas com algum tipo de deficiência. Assim, no primeiro momento, citaremos os marcos históricos, mais relevantes no Brasil, responsáveis pelo surgimento das primeiras instituições voltadas ao ensino especial e as legislações que definem e regulamentam a educação especial, denominada como educação inclusiva. Por conseguinte, falaremos, de como é feita a coleta de dados utilizados pelos órgãos como o Ministério da Educação e subordinados, para a verificação e produção de informações, relacionados aos alunos especiais que são atendidos na Educação Básica e também, o conceito que predominou por muito tempo, relativo ao ensino dos alunos especiais, separados dos alunos que frequentavam o ensino regular. Ressalta-se uma breve definição utilizada, no meio acadêmico, quando se refere às pessoas portadoras de necessidade especial. E por fim, a importância da gestão da educação básica voltada para as pessoas com deficiência, apoiadas por políticas públicas propostas pelos entes federados, articulados com gestores, professores, alunos, pais e outras entidades competentes, a fim de assegurar uma educação inclusiva e uma gestão participativa.

Palavras-chave: Educação especial. Educação inclusiva. Gestão da educação. Pessoas deficientes. Políticas Públicas.

¹ Aluno de Gestão Municipal, e-mail: felixs@pop.com.br

² Graduada em Filosofia, Especialista em Filosofia Clínica, Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Professora da Faculdade Católica, e-mail: proffmarisaroveda@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008, 54% dos alunos da educação especial estão matriculados nas classes comuns do ensino regular. Assim, deduz-se que por volta de 46% dos alunos especiais estão matriculados em escolas especiais, da rede pública ou estão nas escolas particulares. Todavia, surge ainda, uma terceira alternativa que é: estarem vivendo com seus familiares sem atender a qualquer tipo de ensino. Apesar de todo o esforço feito pelo Ministério da Educação com a criação de políticas que desencadeiam em programas e projetos de educação inclusiva como: as salas com recursos multifuncionais, Benefícios de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC e a Educação Inclusiva, o percentual de pessoas com necessidades especiais fora do ambiente escolar, é relativamente elevado. Contudo, os dados do MEC demonstram que o número de alunos especiais fora da sala de aula vem se reduzindo.

Os primeiros anos de vida e aprendizagem de uma pessoa são primordiais para o restante do desenvolvimento acadêmico, intelectual, social e individual, durante a existência de qualquer ser humano, se propiciar condições adequadas que favoreçam a evolução das pessoas consideradas comuns é fundamental, mais ainda, será na vida de uma pessoa afetada por qualquer tipo de necessidade especial.

A forma de identificar, propor, avaliar e garantir as políticas e gestão da educação básica voltada para as pessoas que sofrem com algum tipo de necessidade especial, alheia à sua vontade, é um compromisso e dever do Estado, por meio dos seus representantes, como também da população, através do controle social, de forma que as políticas implementadas efetivamente atendam aos anseios da sociedade.

Contudo, a gestão da Educação Básica e suas políticas, de atendimento as pessoas especiais, devem passar pela formação de educadores, produção de material didático, criação de estruturas físicas e metodologias adequando-se a realidade das pessoas com deficiência.

Com ganhos para a sociedade brasileira garantindo a inclusão na grade escolar da Educação Básica, disciplinas como o braile, a libras e outras capazes de integrar os demais alunos considerados normais, a aprender a conviver, respeitar e se comunicar melhor com os seus pares, considerados especiais.

Logo, o estudo trata de uma pesquisa empírica qualitativa e bibliográfica descritiva e exploratória, apoiado nas ferramentas e procedimentos mais apropriados para a construção do trabalho.

Assim, a definição adequada do cenário social da pesquisa é fator preponderante para garantir o sucesso do trabalho. Portanto, as informações da pesquisa serão construídas nas interações com os grupos sociais, constituídos nos espaços das Secretarias do MEC, dos órgãos gestores, das escolas e da comunidade, envolvidos com a gestão da educação básica e as políticas públicas, destinadas às pessoas deficientes, como também, por meio do estudo (leitura/análise) de publicações sobre o assunto.

Portanto, a pesquisa se desenvolveu pautada por atividades como:

- Identificação dos responsáveis pelas políticas públicas para os deficientes;
- Identificação dos grupos envolvidos pela educação para os deficientes (secretarias, gestores, professores, alunos e comunidade);
- Seleção de grupos focais e elaboração de instrumentos para a aplicação individual, junto a determinados membros dos grupos focais selecionados;

- Construção das informações obtidas nos grupos focais, após entrevistas, conversas e observações;
- Esclarecimento de dúvidas e complementações de informações, provenientes dos grupos focais;
- Análise das informações e montagem de relatórios de pesquisa.

Posto a variedade e complexidade dos temas abordados, as atividades relacionadas, poderão não seguir a sequência linear apresentada. À medida que a pesquisa for se desenvolvendo, novos relatos e insumos com novo sentido, poderão ser apropriados às construções teóricas para esclarecimento de pontos específicos.

Ou seja, a abordagem construtivo-interpretativa permite o uso de procedimentos, métodos e técnicas mais variados para o registro e construção de informações. Deste modo, alguns dos instrumentos e técnicas usados são: observações, questionários, diário de campo, análise documental, diálogos informais, entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

De acordo com o documento elaborado pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC (2007), que trata da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, pode-se destacar as seguintes instituições, responsáveis pelos primeiros atendimentos as pessoas com deficiência, no Brasil. Assim, temos: em 1854, na época do Império, surge o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC; logo em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos e Mudos, hoje denominado como Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES e, por conseguinte, em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, voltado para o atendimento às pessoas com

deficiência mental. Esta mesma instituição a partir de 1945 passa a atender também pessoas com altas habilidades.

Quanto às legislações que promoveram um maior compromisso do Estado e da sociedade, no respeito aos deficientes destacam-se: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, criadas ano de 1961 (1971); a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988; a Declaração Mundial de Educação para Todos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido em 1990, e a Declaração de Salamanca de 1994.

Outras legislações reforçaram os direitos já adquiridos e deram outros provimentos, que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Publicado em 1999; a Lei 10.436, reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como meio de comunicação e disciplina obrigatória na formação de professores de fonoaudiologia de 2002; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecendo como compromisso dos Estados-Partes assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, aprovada em 2006, pela ONU, o qual estabelece as diretrizes de implementação do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

2.1 Diagnóstico da Educação Especial

Dados do documento MEC/SEESP (2006), que trata do Direito a Educação – Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais – demonstra a situação da educação especial no país, com base nos dados do Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica. Essas informações possibilitam o acompanhamento dos indicadores da educação especial: acesso à educação básica, matrícula na rede pública, oferta

do atendimento educacional especializado e outros indicadores, que confirmam o aumento desta demanda educacional, conforme tabelas a seguir.

Tabela 1 – Evolução das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais

Tipo de atendimento	Matrículas na esfera pública	% Participação na esfera pública	Matrículas na esfera privada	% Participação na esfera privada	Total	% por tipo de atendimento
Classes comuns	249.177	95%	13.066	5%	262.243	41%
Classes especiais ou escolas especiais	134.311	35,5%	243.763	64,5%	378.074	59%
Total de matrículas	383.488	60%	256.829	40%	640.317	100%

Fonte: SEESP/MEC (2006) apud Censo Escolar MEC INEP (2005)

Apesar do predomínio das matrículas na esfera pública, vale ressaltar que prevalecem os espaços apartados. Ou seja, escolas especiais e classes especiais, tornando maior o desafio de transformar os sistemas de ensino público quanto à realização da educação inclusiva especial.

Tabela 2 – Distribuição das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica

Etapa modalidade	2003	2005	Variação
Creche	33.016	34.295	+ 3,9%
Pré-Escola	63.990	78.857	+ 23,2%
Ensino Fundamental	309.678	419.309	+ 35,4%
Educ. de Jovens e Adultos	26.557	50.369	+ 89,6%
Ensino Médio	5.940	10.912	+ 83,7%
Educ. Profissional	36.653	45.575	+ 27,1
Total	504.039	640.317	+ 27%

Fonte: SEESP/MEC (2006)

A tabela dois permite concluir que a grande concentração de alunos com necessidades educativas especiais se volta para a educação infantil, fundamental e a alfabetização de jovens e adultos.

Para compor esses indicadores no âmbito da educação especial, o Censo Escolar/MEC/INEP, conforme define o documento MEC/SEESP (2007), coleta dados referentes ao número geral de matrículas; à oferta da matrícula nas escolas públicas, escolas privadas e privadas sem fins lucrativos; às matrículas em classes especiais, escola especial e classes comuns de ensino regular; o número de alunos do ensino regular com atendimento educacional especializado; às matrículas, conforme tipos de deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; à infraestrutura das escolas quanto à acessibilidade arquitetônica, à sala de recursos ou aos equipamentos específicos; e à formação dos professores que atuam no atendimento educacional especializado, são alguns dos indicadores que podem ser usados para mensurar o nível de inclusão educativa.

Tabela 3– Evolução da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais

Tipo de Deficiência	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Participação em 2005	Variação 1998/2005
Def. visual	15.473	18.629	18.926	17.100	20.257	24.185	44.851	63.631	10%	311%
Def. auditiva	42.584	47.810	48.790	49.678	52.244	56.024	62.325	66.334	10,3%	55,8%
Def. física	16.463	17.333	18.160	19.157	21.352	24.658	31.434	37.330	5,8%	127%
Def. mental	181.377	197.996	200.145	212.996	231.021	251.506	291.544	278.167	43,5%	53,3%
Def. múltipla	42.582	46.745	46.418	51.174	56.166	62.283	70.683	67.191	10,5%	57,7%
Conduta típica	8.994	9.223	11.522	11.664	13.670	16.858	63.910	79.850	12,4%	788%
Altas Habilid.	1.187	1.228	758	984	1.110	1.675	2.006	1.918	0,30%	61,5%
Outros	28.666	35.165	37.496	41.994	52.603	-	-	-	-	-
Autismo	-	-	-	-	-	-	-	10.053	1,6%	-
Sind. de Down	-	-	-	-	-	-	-	34.726	5,4%	-
Surdocegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17%	-

Total	333.326	374.129	382.215	404.747	448.601	504.039	566.753	640.317	100%	
-------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	------	--

Fonte: MEC/INEP/SEESP (2006)

Na tabela três, pode-se notar o avanço quando se trata da quantidade de alunos com necessidades educativas especiais matriculadas, por tipo, desde 1998 a 2005.

2.2 O paradigma da Educação Especial organizada de forma paralela a Educação Comum

Por um longo período acreditou-se que a educação especial, organizada de forma paralela à educação regular, seria a forma mais apropriada para o atendimento de alunos que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino (BRASIL MEC/SEESP, 2007, p. 08).

Ainda, na concepção do documento MEC/SEESP (2007), essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à sua dimensão pedagógica. O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial.

Segundo a declaração de Salamanca UNESCO (1994), o ensino regular com orientação inclusiva, proporciona as formas mais eficientes de combater as atitudes discriminatórias e que os alunos com deficiências devem ter acesso às escolas com ensino normal, possuindo como princípio norteador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de

suas limitações físicas, intelectuais, sociais, econômicas, linguísticas ou outra qualquer.

Portanto, o conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os alunos e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implantadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo.

Deste modo, na expectativa de uma educação inclusiva, o ensino especial se unifica a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para citações como estas ou outras que sugiram transtornos funcionais específicos, a educação especial age de forma articulada com o ensino comum, focada no atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2007, p.09).

Ainda com base no documento MEC/SEESP (2007) estudos mais recentes no campo da educação especial demonstram que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, e não podem ser esgotado na mera especificação ou classificação atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão.

Consequentemente, temos a seguinte definição para pessoas especiais: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2007, p. 10).

2.3 Gestão da Educação Básica e as Políticas Públicas

Tendo ainda por apoio os conceitos de Dourado (2007), os programas federais de educação básica, movidos por concepções distintas e até mesmo adversas, qualificam o cenário incoerente das ações governamentais. Tal perspectiva tem a necessidade de maior organização entre as políticas, ações e programas.

As discussões sobre as formas de gestão da educação básica no país apresentam-se por meio de várias conjecturas. Assim, é fundamental situar os eixos que permeiam a presente análise sobre gestão, no tocante a concepção, formação, e financiamento da educação (DOURADO, 2007, p. 923).

Portanto, as políticas educacionais, efetivamente, implicam no envolvimento e o comprometimento de diferentes atores como: governos, escolas, gestores, professores, alunos e sociedade civil.

De acordo com Dourado (2007, p. 925) a formação e a trajetória das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, tem sido assinaladas pela descontinuidade, por falta de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas passageiras de governo.

Portanto, a melhoria na gestão da educação básica e políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, são de grande importância na promoção efetiva de um ensino de qualidade. Pois, com o avanço dos sistemas de gestão da educação apoiados por políticas de Estado permanente, e não eleitoreiras, há de se alcançar a educação inclusiva para todos. Dourado (2007).

Não se pretende neste momento, adentrarmos na etapa histórica do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. Mas apenas, destacar os principais motivos que proporcionaram a explosão das políticas públicas nos anos de 1980, como também, suas particularidades.

De acordo com Trevisn e Bellen (2008), apud Melo (1999), e Arretche (2003), a matéria de políticas públicas no Brasil se desenvolve por um baixo

potencial de conhecimento acumulado, devido à propagação horizontal dos estudos de casos e as insuficientes pesquisas sobre o assunto. Assim, a solução encontrada enveredou-se na criação de fóruns específicos sobre políticas públicas, no meio acadêmico e a publicação de periódicos de informatização nacionais e internacionais.

2.4 Avaliações Educacionais

Avaliar é a etapa final, dentro dos programas/projetos de políticas públicas. Assim, pode-se entender a avaliação como o início do processo de melhoria contínua, na gestão de políticas educacionais.

Contudo, a proposta é discorrer sobre a avaliação da educação que é realizada por alguns dos mecanismos criados para medir a qualidade do ensino no país. Portanto, quando o assunto é o ensino médio, nos referimos ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, se for o ensino básico, falamos do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Conforme Fernandes e Gremaud (2009), as avaliações por meio dos indicadores, são o reflexo das políticas públicas implementadas. Ou seja, não importa o contexto em que estejam inseridas, as avaliações educacionais têm o firme propósito de auferir resultados (passado) ou inferir resultados (futuro).

Assim, as avaliações poderão se desenrolar de duas formas: orientadas por resultados ou orientadas por insumos e processos.

Para Fernandes e Germaud (2009), estudos têm evidenciado a fraca correlação entre as variáveis de insumos e processos e o desempenho dos alunos em exames uniformizados. Afirmam ainda, que todas as medidas reunidas para conferirem avaliações educacionais são imperfeitas, uma vez que não levam em conta todos os aspectos que se propõem a avaliar.

2.5 Financiamento da Educação no Brasil

De acordo com Fernandes, Gremaud e Ulysea (2009) a distribuição igualitária e o grau de educação de uma nação são fatores extremamente relevantes, na determinação do nível de pobreza e na formação da renda de sua economia. Dessa forma, a configuração do sistema de educação é visto como uma ferramenta de política capaz de promover a redução da pobreza com uma melhor distribuição de renda.

Portanto, a estrutura de financiamento, a origem dos recursos e a maneira como são distribuídos, são fundamentais para aumentar o grau de cobertura, a eficiência e a qualidade do ensino.

Assim, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o percentual mínimo dos impostos (Imposto de Renda) que a União deve reverter em educação é de 18%. Enquanto os Estados e Municípios deverão gastar 25%, do recolhimento dos impostos de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e prestação de Serviços e o ICMC - Impostos Predial e Territorial Urbano.

Todavia, nas palavras de Verhine (2003), o financiamento da educação promovida pela Constituição de 1988, Emenda Constitucional 14/96, Lei regulamentar nº 9.424 e a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes Bases da Educação - LDBE), são relativamente baixo.

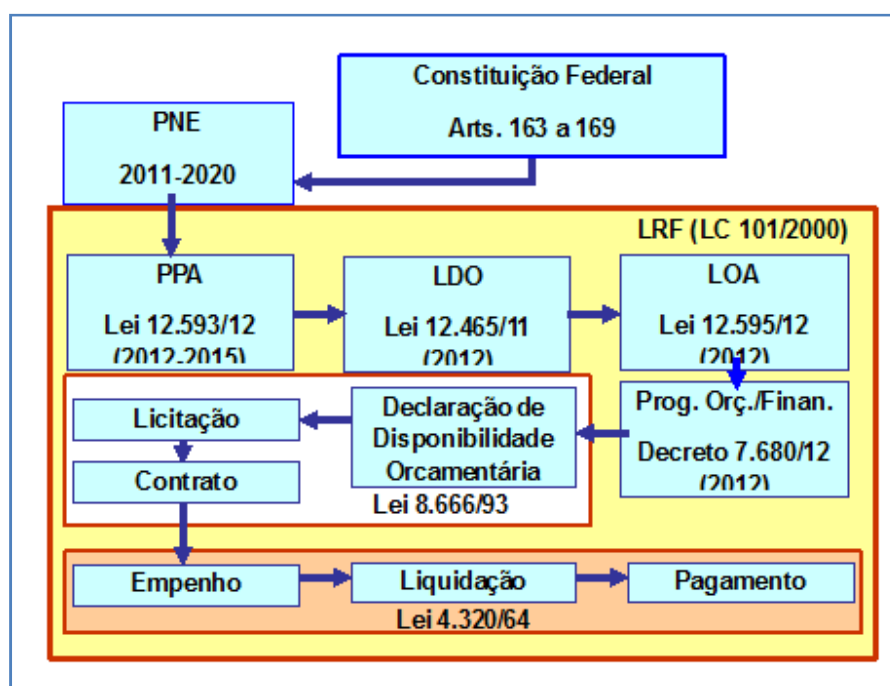
Como se não fosse suficiente, Verhine (2003) aponta outros problemas como: a falta de regras para atribuir responsabilidades aos atores que formam o sistema educacional; o monitoramento; a eficiência; a eficácia e a avaliação, não propiciam a distribuição dos recursos públicos com equidade.

Ainda na concepção de Verhine (2003), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que gasta por volta de 10% do orçamento do MEC, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental – FUNDEF e os convênios, realizados entre os entes municipais e estaduais, são mecanismos que se destacam na distribuição dos recursos para a educação no Brasil.

Vale ressaltar que a partir de 2007, o FUNDEF é substituído pelo FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, valioso instrumento que contribui de forma efetiva com o financiamento da educação e formação profissional do país. Ciclo de financiamento das políticas de Educação, conforme a legislação vigente.

Figura 1: Fonte: Curso de Planejamento e Gestão de Políticas Educativa – III Edição UNESCO/MEC/2012



Fonte: Curso de Planejamento e Gestão de Políticas Educativa – III Edição UNESCO/MEC/2012

O Projeto de Lei nº 8.035/2010, que trata do Plano Nacional de Educação, encontra no Congresso Nacional para votação. O objetivo é ampliar

progressivamente o investimento público em educação até alcançar, no mínimo, o percentual de 7% do Produto Interno Bruto - PIB, elevando consideravelmente o montante dos recursos a ser investido em educação, visto que o percentual atual do PIB, aplicados em educação é de 5%.

2.6 Educação Inclusiva

A educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos afetados por qualquer tipo de dificuldade ou incapacidade física, intelectual e/ou social, têm o mesmo direito de serem aceitos compreendidos e respeitados em seus diferentes mecanismos de absorverem o aprendizado.

Dessa forma, Holanda e Barbosa (apud Mrech, 2002), destaca que o processo de inclusão, é um processo educacional que tem por finalidade estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência, na escola e na classe regular. Pois, na escola inclusiva o processo educacional é também um processo social.

Ainda na concepção de Holanda e Barbosa (apud Mantoan, 2002), o princípio da educação voltado para todos, só será concretizado à medida que os sistemas de educação estiverem dotados de instrumentos capazes de agregarem todos os alunos sejam eles afetados ou não por necessidades educacionais especiais.

3 METODOLOGIA

O estudo trata de uma pesquisa empírica qualitativa e bibliográfica descritiva e exploratória, apoiado nas ferramentas e procedimentos mais apropriados para a construção do trabalho.

Logo, a definição adequada do cenário social da pesquisa é fator crucial para garantir o sucesso do trabalho. Portanto, as informações da pesquisa empírica serão construídas nas interações com os grupos sociais, constituídos nos espaços das Secretarias do MEC, dos órgãos gestores, das escolas e da comunidade, envolvidos com a gestão da educação básica e as políticas públicas, destinadas às pessoas deficientes, como também, por meio do estudo (leitura/análise) de publicações sobre o assunto.

Assim, a pesquisa se desenvolverá pautada por atividades tais como:

- Identificação dos responsáveis pelas políticas públicas para os deficientes;
- Identificação dos grupos envolvidos pela educação para os deficientes (secretarias, gestores, professores, alunos e comunidade);
- Seleção de grupos focais selecionados.

Uma abordagem construtivo-interpretativa permite o uso de procedimentos, métodos e técnicas de vários instrumentos para o registro e construção de informações. Deste modo, podemos relacionar alguns dos instrumentos e técnicas das quais faremos uso: observações, questionários, diário de campo, análise documental, diálogos informais, entrevistas semiestruturadas e entrevistas abertas.

Gravações, filmagens, fotos, filmes e outros, poderiam estar presentes neste estudo. Pois, são importantes para o registro de elementos, demonstrações e enriquecimento do estudo, porém não foram utilizados visto que seria necessário uma pesquisa de campo nos Centros de Ensino de Educação Especial e requereria autorização dos atores

4 CONCLUSÃO

Este material de estudo se constitui como um recorte da forma que a Educação Especial, modalidade de ensino que se permeia por todos os níveis

de Educação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Para compreendermos melhor esses fundamentos, faz-se necessário conhecermos a História, como sujeitos epistemológicos que somos, para termos uma visão integral do que está acontecendo em nossos dias, pois o nosso presente é produto de um legado histórico-cultural.

Muitas culturas, por razões de sobrevivência, religião, política e economia sempre rejeitaram as pessoas que hoje chamamos de “deficientes”. Elas foram estigmatizadas e consideradas “carga” entre muitas outras classificações pejorativas e preconceituosas, como consequências o afastamento da sua comunidade e família, atrelado a dor da rejeição e a morte precoce.

No entanto, com o decorrer dos anos, esse quadro começa a passar por mudanças iniciadas com processos educativos diferenciados, que serviram como base fundamental da Educação especial conhecida nos dias de hoje.

Entretanto, o acesso à formação escolar, que propicia o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, afetivas e intelectuais dos alunos da Educação Especial, constitui um problema extremamente sério e relevante para as famílias com filhos com necessidades educativas especiais.

A legislação brasileira determina que a Educação Especial deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, indicando claramente a política de inclusão. Mas no decorrer da pesquisa, observamos, no entanto que políticas públicas existem, mas que as escolas apresentam dificuldades para administrar essa inclusão, pois, na maioria dos casos, os professores não estão preparados para atender essas pessoas, com necessidades especiais, uma vez que, até recentemente, não reconheciam como sua a responsabilidade de educá-las.

Nesse contexto, deduz-se com base nos dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação, que milhares de crianças e jovens foram e são colocados à margem do sistema escolar, sendo privados do acesso à cidadania e desenvolvimento pessoal a que tem plenos direitos. O problema é complexo e exige soluções diferenciadas. Nessa perspectiva, todos os sistemas escolares podem e devem criar condições para o atendimento dessas pessoas, em classes regulares ou especiais, mantendo sempre que possível o aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino, resguardado nas suas devidas especificidades e necessidades.

O processo de inclusão ainda está em fase de implementação em muitas redes de ensino, mas esforços incluindo orçamento e políticas estão sendo direcionados para a melhoria e aperfeiçoamento dessa modalidade de atendimento, que objetiva um exercício de cidadania mais eficaz, em que a diversidade deve ser trabalhada de forma plena e com equidade.

A escola hoje com o seu papel significativo e integrador, preconizado no art.58, da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, que diz que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças. Reforça, ainda que, entendendo todos como capazes de aprender, mesmo que alguns necessitem de apoio adicional, outros de adaptações curriculares e outros ainda de equipamentos específicos. Portanto, recursos devem ser proporcionados pelos diferentes segmentos da sociedade, que apesar dos esforços e iniciativas, ainda restam muitas barreiras físicas, sociais e econômicas que impedem o efetivo processo de integração de educandos especiais no mundo de todos.

Porém, quando não se permite ou não se proporciona aos cidadãos com necessidades educacionais especiais condições para a sua realização pessoal, só se pode esperar o agravamento de sua identificação como sujeitos

participantes em nossa sociedade, ferindo o dispositivo constitucional que propõe a educação como um direito de todos.

Assim, é fundamental oferecer-lhes oportunidades de educação e inclusão em todos os processos sociais e garantir-lhes o acesso a bens culturais, para que suas deficiências não os tornem diferentes e dependentes de políticas de assistencialismo, que em nada ajudam em sua formação como seres independentes e construtores de seus próprios projetos, e como sujeitos que interagem consigo mesmos e com os demais.

Finalmente, apesar do avanço, muito ainda tem a ser feito, visto que o país possui mais de vinte e quatro milhões de indivíduos que apresentam algum tipo de necessidade educativa. Pois, para que ocorra uma efetiva inclusão social, cultural e humana dos indivíduos afetados por qualquer tipo de necessidade educativa, a formação permanente dos docentes, a melhoria na gestão das políticas e recursos públicos, a adaptação curricular, com a inclusão de uma disciplina específica que junte os pares tidos como diferentes e a vontade política dos governantes são de extrema relevância neste processo de transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. INEP. **Censo Escolar, 2000.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 04 e 05 de abr. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____.Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971**.

_____.**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito a Educação: Subsídios para a Gestão dos Sistemas Educacionais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____.**Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais, 1994**.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921- 946, out. 2007.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. Set. 2009.

_____. Amaury Patrick; ULJYSSEA, Gabriel. XXXII Encontro Nacional de Economia. **Sistema Brasileiro de Financiamento à Educação Básica: principais características, limitações e alternativas**, 2009.

HOLLANDA, Jacqueline Monte de; BARBOSA, Simone Maria de Almeida. **Um estudo sobre a educação inclusiva em escola pública**. Revista Científica da UFPA, vol. 03, março 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTAN, Wagner. **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

KRAWCSYK, Nora Rut. **O PDE: novo modo de regulação estatal?** Cadernos de pesquisa, v. 38, n. 135, p. 798-815, set./dez. 2008

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de políticas públicas:** uma revisão teórica de um campo em construção. RAP. Rio de Janeiro 42(2): 529-50, maio/jun.2008.

VERHINE, Robert E. **Financiamento da Educação Básica:** um estudo de receitas e gastos da rede de ensino da Bahia . UFBA – Bahia, set. 2000 a nov. 2003.

MEC. **Secretaria de Educação Especial.** Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 16, 18 e 19 fev. 2012.